

FMI condiciona o seu apoio

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A existência de negociações sérias com os bancos, encaminhadas para um acordo, é essencial para que o Fundo Monetário Internacional (FMI) apoie o programa econômico brasileiro, segundo disseram ontem ao Estado funcionários do órgão. O apoio do FMI é o caminho obrigatório para o País regularizar sua situação com a comunidade financeira internacional. Há mais de um ano o Brasil não paga os juros da dívida de médio e longo prazos aos bancos credores (US\$ 56,8 bilhões, segundo os números oficiais), tendo acumulado mais de US\$ 6 bilhões em atrasos. O Brasil também não está em dia com os pagamentos da dívida a governos (US\$ 13,4 bilhões). Embora as reformas

econômicas já iniciadas pelo governo tenham criado um clima bastante favorável para a negociação, há em Washington o temor de que os entendimentos sejam dificultados pela moratória "de fato" que o País declarou sobre a dívida com os credores privados.

O secretário especial para Assuntos Econômicos, Antônio Kandir, iniciou ontem os entendimentos entre o governo e o FMI, em reuniões técnicas com os economistas da instituição. Hoje, Kandir terá as conversas políticas. Ele estará, primeiro, com o subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, e terá, depois, um encontro com o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus.

A hipótese otimista, no momento, é que o acordo poderá ser aprovado na primeira semana de

outubro, logo após a reunião anual do FMI em Washington. Em termos financeiros, o acordo deve traduzir-se num empréstimo anual equivalente a até 110% da cota brasileira da instituição, que é de 1,461 bilhão de Direitos Especiais de Saque (DESS). Considerando-se a cotação atual de US\$ 1,34 para cada DES, as negociações que agora se iniciam poderão resultar num empréstimo máximo de pouco mais de US\$ 2 bilhões por ano ao País. Teoricamente, a duração do programa com o Fundo poderia chegar a três anos, com empréstimos equivalentes a um máximo de 440% da cota no período. No caso brasileiro, porém, a extensão inicial do programa será em parte condicionada pela dívida de pouco mais de 1,5 bilhão de DESSs que o País tem com o Fundo, relativa ao acordo negociado pelo governo Sarney em 1988.